N.º 53 16 de março de 2020 Pág. 37

## **ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL**

Instituto Português da Qualidade, I. P.

## Despacho n.º 3310/2020

Sumário: Organismo de verificação metrológica de instrumentos de medição de radiações ionizantes — IST — Instituto Superior Técnico, Laboratório de Metrologia das Radiações Ionizantes (LMRI).

## Organismo de Verificação Metrológica de Instrumentos de Medição de Radiações Ionizantes

O controlo metrológico dos métodos e instrumentos de medição obedece ao regime geral aprovado pelo Decreto-Lei n.º 291/90, de 20 de setembro, às disposições regulamentares gerais previstas no Regulamento Geral do Controlo Metrológico aprovado pela Portaria n.º 962/90, de 9 de outubro, e ainda às disposições constantes das portarias específicas de cada instrumento de medição, sendo aplicável, no caso dos Instrumentos de Medição de Radiações Ionizantes, a Portaria n.º 247/2018, de 4 de setembro.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 71/2012, de 21 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 80/2014, de 15 de maio, compete ao Instituto Português da Qualidade, I. P. (IPQ) assegurar e gerir o sistema de controlo metrológico legal dos instrumentos de medição, bem como reconhecer as entidades competentes para o exercício delegado desse controlo, sempre que tal se revele necessário.

Considerando a necessidade de reconhecer a qualificação de Organismos de Verificação Metrológica (OVM) para assegurar a continuidade da atividade de controlo metrológico dos instrumentos de medição, foi a entidade IST — Instituto Superior Técnico, Laboratório de Metrologia das Radiações Ionizantes (LMRI), com instalações no Campus Tecnológico e Nuclear, Polo de Loures, na EN n.º 10, 2695-066 Bobadela, objeto de avaliação com base nos critérios e princípios para a qualificação de entidades, tendo sido evidenciada a experiência, a competência técnica e a disponibilidade dos meios necessários para a realização do controlo metrológico legal no domínio dos Instrumentos de Medição de Radiações Ionizantes.

## Assim:

Ao abrigo da alínea s) do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 71/2012, de 21 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 80/2014, de 15 de maio, conjugada com o disposto na subalínea i) da alínea c), do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 291/90, de 20 de setembro, e para efeitos da aplicação da Portaria n.º 247/2018, de 4 de setembro, determino o seguinte:

- a) É reconhecida a qualificação da entidade IST Instituto Superior Técnico, Laboratório de Metrologia das Radiações Ionizantes (LMRI), para a realização das operações de Primeira Verificação e Verificação Periódica de Instrumentos de Medição de Radiações Ionizantes;
  - b) A qualificação reconhecida abrange a área geográfica correspondente a todos os Concelhos;
- c) A referida entidade colocará a respetiva marca própria, conforme anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante, bem como o símbolo da operação de controlo metrológico legal aplicável, no esquema de selagem dos instrumentos de medição abrangidos pelo regulamento aprovado pela Portaria n.º 962/90, 9 de outubro;
- *d*) Nos termos da legislação aplicável, são mantidos, em arquivo, os relatórios dos ensaios correspondentes às operações de controlo metrológico legal realizadas;
- e) Mensalmente, e até ao dia 10 do mês seguinte, deve a entidade enviar ao Departamento de Metrologia do IPQ a lista dos instrumentos de medição verificados, assim como efetuar o pagamento, ao IPQ, dos montantes previstos no n.º 10, do Despacho n.º 18853/2008, de 3 de julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 135, de 15 de julho, revisto pela Retificação n.º 2135/2008, de 11 de setembro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 190, de 1 de outubro;
- f) O valor da taxa aplicável às operações previstas neste despacho encontra-se definido na tabela de taxas de controlo metrológico legal aprovada pelo despacho referido na alínea anterior, e será revisto anualmente;

N.º 53 16 de março de 2020

Pág. 38

*g*) O presente despacho revoga o Despacho n.º 1767/2017, produz efeitos a 1 de janeiro de 2020 e é válido até 31 de dezembro de 2022.

2020-01-30. — O Presidente do Conselho Diretivo, *António Mira dos Santos*.



313031103